

Prova Escrita Discursiva (01/03/2015)

Procurador do Município, 3ª Categoria (P3)

Direito Administrativo e Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito Previdenciário



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo 6 (seis) questões discursivas, você deverá receber do fiscal de sala:

- 1 (um) caderno destinado à transcrição dos textos definitivos referentes às respostas das questões discursivas.



TEMPO

6 (seis) horas é o tempo disponível para a realização desta prova, já incluído o tempo para a transcrição dos textos definitivos.

- **2 (duas) horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar este caderno;
- **1 (uma) hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando este caderno.



NÃO SERÁ PERMITIDO

Além das restrições constantes do edital do concurso, não será permitido:

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Para responder a cada questão discursiva, o candidato terá o máximo de 60 (sessenta) linhas.
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas.
- Use somente caneta esferográfica com tinta preta ou azul.
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados no caderno de textos definitivos.
- O preenchimento das respostas da prova discursiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca de caderno de textos definitivos em caso de erro de preenchimento.
- Para fins de avaliação, serão considerados apenas os textos transcritos para o caderno de textos definitivos da prova discursiva.
- **No caderno de textos definitivos, as folhas destinadas às respostas não podem ser identificadas pelo candidato sob o risco de ter sua prova anulada e de ser eliminado do concurso.**
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 01 (Valor: 40,00 pontos)

Francisco, menor impúbere representado por sua mãe Maria, dirige ao Município de Niterói ação ordinária de responsabilização civil, narrando, na petição inicial, que foi vítima de imperícia e negligência dos serviços de hospital público da rede municipal, de que lhe resultou fratura do braço direito ao nascer de parto tardiamente induzido.

Instruem a peça vestibular documentos de internação produzidos pelo indigitado hospital, dos quais consta: que o parto foi induzido; que mãe e filho, após o parto, permaneceram em setor de atendimento emergencial, por falta de leito na maternidade; anotação da pediatra plantonista no sentido de que o fato da fratura era “*bastante incomum*” e não se podia estabelecer-lhe a etiologia.

Francisco pede a condenação do Município ao pagamento de: (a) pensão de valor equivalente a um salário mínimo, até que complete 16 anos de idade, quando, presumidamente, poderia ingressar no mercado de trabalho; (b) verba compensatória do dano moral experimentado, consistente no sofrimento físico e psíquico que suportou, em quantia não inferior a quinhentos mil reais; (c) verba indenizatória de dano estético, em razão de deformação possivelmente permanente que lhe afetará os movimentos do braço fraturado; (d) custas e honorários advocatícios, estes no índice legal máximo.

Elabore a resposta do Município, regularmente citado, ao pleito autoral, examinando todos os pedidos e as questões conceituais e jurisprudenciais que cada qual suscita.

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA QUESTÃO 01

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	

14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	

46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Questão 02 (Valor: 30,00 pontos)

Determinado Município pretende celebrar uma parceria público privada, na modalidade concessão patrocinada. A modelagem do edital e do contrato é proposta nos seguintes termos:

- a) com vedação expressa para obtenção de recursos financeiros para a execução do empreendimento, na forma do disposto na Lei nº 8.666/93;
- b) o aporte de recursos, previsto no Art. 6º, § 2º, da Lei nº 11.079, de 30/12/04, é utilizado como critério de julgamento, ou seja, o licitante que exigir o menor aporte de recursos pelo parceiro público se sagra vencedor da licitação;
- c) a ausência de obrigatoriedade para que o parceiro privado elabore projeto executivo no mesmo nível de detalhamento exigido pela Lei nº 8.666/93.

Na qualidade de Procurador do Município, analise a juridicidade da formatação proposta, examinando os aspectos conceituais dos regimes jurídicos envolvidos.

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA QUESTÃO 02

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	

20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	

52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

Questão 03 (Valor: 30,00 pontos)

Um determinado servidor de estatal municipal (empresa pública) é flagrado em interceptação telefônica conversando com empresário, ocasião em que fica comprovado que o agente público repassa informações privilegiadas sobre licitação a ser aberta na estatal, orientando quanto aos trâmites e providências necessárias ao êxito no certame, ajustando, ademais, repasse de documentos sigilosos à empresa da qual o interlocutor é dirigente.

Nesse contexto, chegando a investigação ao Município, cabe enfrentar as seguintes questões:

- a) análise da legitimidade ativa para propositura de ação de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/92). Conceito de improbidade. Enquadramento da conduta nos tipos legais. Sanções aplicáveis. Ação cabível. Pedidos pertinentes.
- b) análise da legitimidade ativa para propositura de ação de improbidade empresarial contra pessoa jurídica privada e contra a estatal (Lei nº 12.846/13). Cabimento de ação civil de responsabilidade contra estatal. Pressupostos de responsabilidade. Cabimento de ação administrativa de responsabilidade.

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA QUESTÃO 03

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	

19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	

51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

DIREITO DO TRABALHO, PROCESSUAL DO TRABALHO E DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Questão 04 (Valor: 25,00 pontos)

À luz do Direito do Trabalho, **discorra convenientemente sobre justa causa e falta grave, atos faltosos praticados pelo empregado e pelo empregador e consequências legais para as partes do contrato de trabalho.**

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA QUESTÃO 04

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	

24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	

56	
57	
58	
59	
60	

Questão 05 (Valor: 35,00 pontos)

Trabalhador titular de dupla nacionalidade decide emigrar para a Europa, de onde já recebeu proposta firme de emprego. Visando a se estabelecer no país de destino, o trabalhador pretende capitalizar-se reavendo as contribuições previdenciárias descontadas de seu salário ao longo de seus dez anos de carreira, uma vez que, partindo definitivamente para a Europa, ele perderá sua condição de segurado.

Analise, fundamentadamente, as chances de êxito da pretensão do trabalhador em questão, considerando que o país de destino do trabalhador não tem tratado de reconhecimento recíproco das contribuições previdenciárias com o Brasil.

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA QUESTÃO 05

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	

23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	

55	
56	
57	
58	
59	
60	

Questão 06 (Valor: 40,00 pontos)

O Ministério Público do Trabalho ajuíza Ação Civil Pública, com pedido de liminar, em face do Município de Niterói, aduzindo que recebeu denúncia contra a ré, referente a hospital municipal, encaminhada pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, tendo os auditores narrado diversas irregularidades, tais como: o serviço de infraestrutura encontra-se terceirizado, sendo esse pessoal correspondente a 28% (vinte e oito por cento) dos servidores estatutários; adoção de procedimentos mínimos de controle dos riscos biológicos para o pessoal exposto; inexistência de sistema de gestão de segurança e saúde do trabalho; ausência de exames médicos periódicos e vestiários exíguos e em condições precárias de higiene.

Os pedidos formulados pelo Ministério Público do Trabalho foram os seguintes: organizar e manter em funcionamento Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, implementar e manter em funcionamento Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.

Na qualidade de procurador do município responsável pela análise da situação hipotética acima descrita, apresente os argumentos de defesa do ente público.

(A resposta deve ser objetivamente fundamentada).

ESPAÇO DESTINADO AO RASCUNHO DA QUESTÃO 06

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	

18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	

50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	